

Município de Loulé faz um investimento de 2,5 milhões de euros em saneamento básico

6 de Dezembro, 2018

Num Concelho com uma das mais elevadas taxas de cobertura ao nível dos equipamentos de saneamento básico do país, a Câmara Municipal de Loulé, informa numa nota enviada à imprensa, que assinou, esta terça-feira, o auto de consignação da obra de água e esgotos a Clareanes, Malhada Velha e Carvalhal, localidades a poucos quilómetros da cidade de Loulé.

A Autarquia fará um investimento que rondará os 2,5 milhões de euros para servir uma população de 236 habitantes, que há vários anos reivindicava esta infraestrutura.

A empreitada prevê a construção de uma rede de condutas de abastecimento de água com a extensão total de 17,40 Km, uma rede de coletores gravíticos (esgotos) com a extensão total de 11,80 Km, uma rede de condutas elevatórias (esgotos) com a extensão total de 2 Km e três estações elevatórias de esgotos domésticos.

A obra arranca dentro de uma semana e terá um prazo de execução de um ano e meio. O presidente da Câmara Municipal, Vítor Aleixo, apelou a um esforço do consórcio responsável pelos trabalhos – empresas Hidralgar / Eduardo Pinto Viegas / J. J. Brito – “para que este prazo possa ser cumprido”.

O autarca aproveitou o “dia importante” que significa o início da concretização desta antiga aspiração da população local, “que só estará verdadeiramente satisfeita quando puderem descarregar o autoclismo ou abrir a torneira e tomar um duche”, para fazer um pouco de “pedagogia” sobre a gestão dos dinheiros públicos e a burocracia inerente à realização de uma obra como esta. O dirigente diz ainda que “quem gere dinheiros públicos como os presidentes de Junta e os presidentes de Câmara tem regras muito rígidas que estão condessadas no Código de Contratação Pública e que nos obrigam a uma série de procedimentos entre o momento de encomenda do projeto até ao momento de adjudicação das obras, passando pela aprovação de projetos, abertura de concursos, vistos de tribunais de contas, aceitação de pedido de esclarecimento de dúvidas, às vezes reclamações. São tudo situações que fazem destes processos burocráticos morosos mas indispensáveis”.

Numa altura em que o Município, não obstante a sua extensão, beneficia de rede de águas e esgotos em grande parte do seu território, Vítor Aleixo explicou que a densidade populacional tem sido, ao longo dos anos, o principal critério para a realização prioritária destas obras. “Primeiro foram servidas aquelas situações em que densidade populacional era maior. Agora estamos a chegar a zonas mais periféricas, de menor concentração da população”, referiu.

No entanto, o autarca adiantou que em muitos lugares, dada a baixa densidade populacional, no que concerne sobretudo aos esgotos, será inviável um investimento numa rede como esta, sendo nesses casos necessário recorrer a outras soluções. “A solução mais racional e mais justa, do ponto de vista do bom uso dos dinheiros públicos, é não esperar por uma rede de esgotos mas recorrer a fossas sépticas”, disse ainda Vítor Aleixo.